

ESTARÁ MORTA A ESCOLA NORMAL PÚBLICA?

Rosa Fuks*

Um dia/noite de aula num Curso Adicional de uma Escola Normal do Rio de Janeiro.

Alguém toca o sinal para o início das aulas (o responsável não aparecera) com algum atraso. Para alguns professores e para a maioria das alunas, que aparentam não ter pressa, contudo, ainda "é cedo". As salas de aula permanecem quase vazias neste primeiro tempo de aula do curso noturno, enquanto as poucas alunas e os professores presentes "batem papo" aguardando a chegada dos retardatários para então iniciarem as aulas.

Estabelece-se aí, entre os professores e as alunas, uma cumplicidade "não-dita", cuja análise pode se tornar bastante esclarecedora. Observa-se que, confiantes na permissividade que parece reinar na instituição, as alunas escolhem como preferidas as aulas dos professores que, de certa forma, atendem a uma necessidade resultante da relação alunas/escola: as

* Mestre em Educação Musical pelo Centro de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão do Conservatório Brasileiro de Música; Prof^a. de História da Educação Musical no Curso de Mestrado do Conservatório Brasileiro de Música.

aulas do chamado "professor bonzinho". A escola, por sua vez, também elege como prediletas aquelas alunas que pouco questionam e que, por isso mesmo, são benquistas: "as alunas boazinhas". A instituição produz um compromisso entre os dois grupos - discente e docente - de quem se esperaria, em última instância, a responsabilidade pelo dinamismo institucional. Cria-se uma estratégia de manutenção do mesmo e de dificultação de mudanças, na medida em que se compromete a possibilidade de uma evolução a partir do contraste interno à realidade. A instituição tende a se amortecer sob o comando dos "bonzinhos".

Em tal relação, os interesses voltam-se menos para uma troca de ensinamentos e de vivências, que poderiam ajudar a futura professora a desenvolver o seu aspecto de professor crítico, e mais para um adestramento reprodutor do instituído. É esta relação pedagógica que vem mantendo o "status quo" da Escola Normal, pois o "professor bonzinho" serve como modelo exemplar para as alunas que seguindo os seus passos também se enquadrarão como "professores bonzinhos". É muito comum ouvir-se de algum professor em um conselho de classe (momento onde o desempenho pedagógico das alunas é avaliado) que uma determinada aluna tem sérios problemas de aprendizagem - relacionados à escrita ou ao entendimento de algum texto, por exemplo - mas "devemos aprová-la, pois 'coitadinha', ela é tão obediente e 'boazinha' "...

Esta situação aparentemente caricata, considerando-se que a aluna em questão é uma futura alfabetizadora, se constitui, contudo, em uma realidade no dia-a-dia das nossas Escolas Normais, e passou mesmo a ser considerada, pelas alunas, como um direito já adquirido. De fato, elas exigem de forma "não-dita", e, geralmente, conseguem, este tipo de proteção institucional, que acaba por permitir serem aprovadas e até diplomadas alunas não capacitadas. Pode-se afirmar que há, na instituição, uma preocupação latente em incentivar atitudes que levam a aluna e o professor a uma não reflexão a respeito destas práticas pedagógico-institucionais, produtoras de "bonzinhos". Para se entender melhor o relacionamento existente entre os "bonzinhos", tem-se que enfatizar a não existência, por parte da instituição, de uma má consciência da questão, pois o seu "dito"- consciente da escola - é que "estamos preparando adequadamente o futuro professor". Este discurso porém, destoa da prática institucional, indicando o caráter inconsciente do "acordo-não-dito" que une os "bonzinhos". Citando Lapassade (1983) torna-se adequado falar de

uma "pedagogia burocrática" que é justamente a que estamos analisando e que vem garantindo a manutenção do sistema escolar.

Em pesquisa recentemente realizada na Escola Normal pública do Rio de Janeiro,¹ que investigou a função do canto escolar bem como o papel que o professor de música aí representou e ainda representa, observamos que, apesar da sua aparente permissividade, esta escola é uma instituição eminentemente disciplinar que possui, contudo, uma maneira singular de comandar a sua comunidade. É como se a instituição se sentisse envergonhada de exercer o seu controle, que procura escamotear, podendo-se até mesmo falar de um poder-pudor institucional pelo qual a escola comanda o que produz.² Por intermédio de uma infantilização que impõe à sua comunidade, a instituição produz infância.

Eleger a Escola Normal como objeto de nosso estudo tornou possível, pela sua especificidade, entender as características das instituições escolares públicas em geral. Portanto, sempre que mencionarmos a Escola Normal, estaremos, em verdade, nos referindo à escola pública como um todo. A importância da análise desta escola se explica pela posição que ela ocupa no jogo circular da tradição: escola formadora de professores que recebe e retransmite o saber pedagógico brasileiro.

Enquanto investigamos a música da escola, constatamos que só poderíamos entendê-la em maior profundidade, se tivéssemos uma visão mais ampla da instituição. O que nos instigava era conseguir compreender os mecanismos de controle institucionais que nunca prescindiram da música. Em uma análise histórica, constatamos ter a Escola Normal executado aulas de música desde a sua criação no País em 1835. Evidencia-se, pois, que a história da escola está interligada ao seu fazer musical, assim como à presença do professor de música. Afirmativa que aponta para o papel extremamente relevante sempre executado pela música neste contexto. Papel que foi se clarificando através da análise do poder-pudor institucional, posto que, cantando, a escola não se sente mandando. Desta

¹ Trata-se da pesquisa "A Função da Música na Escola de Formação de Professores" que, financiada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) culminou na Dissertação de Mestrado "Contemporaneidade Musical na Escola Normal: Coexistência de Vários Tempos", defendida no Conservatório Brasileiro de Música em jun/90.

² Foi importante, na formulação destas idéias, a leitura da obra de Michel Foucault, em especial a fase genealógica que se inaugura com *Vigiar e Punir* (1987), onde a atenção da análise se volta para as práticas institucionais expressivas de um poder disciplinar.

maneira cresce a utilização, por toda a escola, dos recursos musicais. A instituição possui um repertório de cantigas, que denomina "musiquinhas" e que nós, pelo seu caráter diretivo, chamamos musiquinhas de comando³, empregadas para induzir as atividades de um dia letivo. São verdadeiros comandos cantados que, associados aos diminutivos - fartamente utilizados pela escola ao falar da ou com a criança -, se constituem nesta forma de infantilização, cujos agentes são aqueles que a instituição chama de "aluna e professor bonzinhos".

A análise que pode ser feita, quando nos aproximamos da Escola Normal, revela uma complexidade estrutural somente visualizada por um olhar não preconceituoso. É todo um jogo de forças que anima essa instituição, como de resto a escola pública em geral, e que se oculta sob essa aparência de desfalecimento que caracteriza a situação atual do nosso ensino público. Tais aspectos da instituição escolar brasileira - indispensáveis para uma boa compreensão da nossa realidade educacional - nos parecem esquecidos na polêmica que se instaurou recentemente acerca do ensino público brasileiro. Trata-se de numerosos artigos, publicados pela imprensa, que, apesar de afirmarem estar discutindo uma política educacional para o País, evidenciam, muitas vezes, um desconhecimento da instituição escolar como um todo, e da escola pública em particular. Polêmica que, por vezes, chega a encarar a escola pública como uma instituição que já não mais existe. O próprio Ministro da Educação, em artigo publicado no Jornal do Brasil (04/10/91) afirmou que "no Brasil de hoje, a maior parte das escolas públicas (...), pela sua ineficiência, estão muito próximas do vazio educativo e por isso quase equivalem à ausência de educação".

Preocupa-nos este olhar que enfoca o objeto de forma tão negativa. Inegavelmente, a escola pública, em sintonia com o País como um todo, não vai bem. No entanto, para se opinar sobre este assunto, parece-nos indispensável um conhecimento específico mais profundo.

Como pesquisadora da Escola Normal pública conhecemos de perto as tremendas dificuldades existentes quando se tenta encontrar dados

³ Esta categoria de análise empregada por nós para dar conta de um fenômeno atual em nossas instituições escolares, adquire todo seu sentido quando a entendemos como o resultado de um processo histórico de evolução das práticas pedagógicas. Na pesquisa que realizamos, verificamos que este desenvolvimento experimentou um momento de intensa transformação a partir do modernismo dos anos 20 e do seu conseqüente orfeonismo.

sobre a instituição. Existe em torno da escola um silêncio que se caracteriza pela ausência de livros, teses, artigos e reflexões a seu respeito. A Escola Normal não foi, portanto, ainda suficientemente analisada, conhecendo-se pouquíssimo sobre a sua história. Sua memória, pois, ainda não foi levantada, nem os parcos dados existentes - e que se encontram espalhados em vários arquivos - foram ainda suficientemente organizados. Como então declarar morta uma escola que, apesar de formar anualmente muitos professores que irão trabalhar com as crianças brasileiras, ainda não conquistou um espaço de destaque na vida educacional do País? Apesar de a Escola Normal viver intensa e saudosamente na memória dos que nela estudaram e trabalharam, apresenta um exercício que nos é contemporâneo. A escola continua a produzir várias práticas que procuram instrumentalizar a futura professora. No que diz respeito às metodologias musicais que emprega, tivemos ocasião de analisá-las com maior profundidade em trabalho recente. (FUKS, 1991) Sabe-se que a história desta instituição reside justamente no ponto de encontro do nível oral (as memórias) com o escrito (o pouco que se escreveu) e que para resgatá-la é necessário ir-se juntando estes pedaços que tornarão possível uma visão maior. Contudo, a Escola Normal, que pode ser entendida como o modelo exemplar da escola pública como um todo, e cuja trajetória de vida vem sendo, de certa maneira, camuflada para o brasileiro, é considerada, segundo palavras de uma alta autoridade, como inexistente. A escola pública está sendo "enterrada" por decreto !!!

Alegra-nos o fato de que após 157 anos de vida no Brasil, durante os quais os educadores parecem dela ter se esquecido, a Escola Normal seja, finalmente, objeto de debate. Entretanto, acompanhando o que tem surgido na discussão, observamos que se criou um certo tumulto, que, para um olhar menos atento, poderia significar uma quebra do silêncio sempre relacionado a esta instituição brasileira. O olhar do pesquisador, porém, constata que, apesar da polêmica, a escola pública, realmente, não está sendo devidamente enfocada. A troca de artigos apequenou o nosso universo educacional, restringindo-se, na maioria das vezes, à questão levantada pelos que defendem os CIEPS/CIACS e por aqueles que, afirmando preservarem a escola pública tradicional, somente se opõem aos primeiros. Visão dicotômica que impede se vislumbre com maior clareza o complexo em que se constitui o nosso ensino público. De um lado, estão os que, apresentando propostas messiânicas, acenam com "a salvação da

educação brasileira". Do outro, os que afirmam estas novas idéias serem enganadoras e servirem de desculpa para se abandonar à própria sorte a rede das escolas públicas já existentes. Ambos, aparentam possuir plena convicção daquilo que afirmam, o que faz com que observemos que nesta luta fala-se em educação, em crianças e em professores sem um maior conhecimento do assunto. Disserta-se sobre uma provável política educacional que, para ser real, teria de estabelecer as conexões existentes entre o 1º, 2º e 3º graus do nosso sistema escolar.

Vale realçar que a Escola Normal - escola formadora de professores - situa-se no chamado 2º grau e que os seus professores são oriundos de alguma universidade - 3º grau. As normalistas, por sua vez, darão aulas em escolas pertencentes ao 1º grau. Observa-se, portanto, que o conhecimento pedagógico do País circula continuamente nos três (3) graus. Circularidade que se concretiza na Escola Normal, lugar onde se comunicam os diferentes graus de ensino, em um jogo especular mantenedor do instituído. Desta forma, enfatiza-se o papel desta escola como modelo exemplar (especular) da realidade do sistema educacional público do Brasil.

Partindo desta imagem, podemos considerar que, para se entender a nossa educação, dever-se-ia encará-la no contexto sócio-cultural mais amplo ao qual ela pertence. Os nossos educadores, porém, parecem se esforçar por estreitar o tema ao mantê-lo dentro da visão rígida de dois lados que se opõem. Oposição que não resiste a um exame mais apurado, já que há uma certa identidade de pensamento entre os lados. Apesar de um se apresentar como sendo o novo, em contraste a um modelo velho, persistem nele atitudes sabidamente não bem sucedidas. Torna-se relevante observar que a certeza absoluta que permeia os discursos dos opositores e o isolamento que cada um deles se impõe, acaba por gerar seu inevitável enfraquecimento.

Em verdade, esta discussão que se trava publicamente, parece cair na armadilha criada pela própria realidade da escola pública. Em tal confronto de certezas adversas acaba-se por esquecer do que se efetiva na prática cotidiana das escolas, como se a imagem infantil, que a escola produz para si numa evidente estratégia de poder, fosse tomada ao pé da letra pelos debatedores. Negligencia-se a realidade da escola, assim como esquecemos com freqüência de escutar adequadamente a criança. A convicção que permeia os artigos analisados aponta para uma estabilização da discussão em pólos que se opõem e que acabam por deixar intacta

a realidade que os preocuparia. Em outras palavras, o "dito" destes discursos fala de mudanças, o que conflita com o seu "não-dito" que, através de uma estratégia de rigidez e isolamento, as inviabiliza. Os dois grupos não deixam de reproduzir aquele mesmo jogo dos "bonzinhos". Consta-se, pois, que a situação escolar descrita no início do artigo é aí reproduzida, indicando a grande carência que todos nós educadores temos de entender melhor os mecanismos de funcionamento das nossas instituições escolares.

Torna-se indispensável afirmar que, enquanto se opõe o velho modelo escolar (passado) ao novo (presente), perde-se a riqueza de uma análise onde o passado deveria ser entendido não como um depósito inerte de memórias, mas como fonte enriquecedora que continuamente interfere no presente. É através da dialética passado/presente, deste ir e vir de informações que, acreditamos, possa ser esboçada uma real política educacional, onde se daria o realce necessário à formação do professor em qualquer nível - ponto nevrálgico em nossa organização educacional.

Concluindo, podemos afirmar que o olhar que enxerga a Escola Normal pública como inerte é fruto deste silêncio preconceituoso que sempre a cercou no Brasil. Olhar que a própria instituição acabou por introjetar, atuando cada vez mais como se já estivesse realmente morta.

Referências Bibliográficas

- FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir. Petrópolis : Vozes, 1987.
FUKS, Rosa. O Discurso do silêncio. Rio de Janeiro : Enelivros, 1991.
LAPASSADE, Georges. Grupos, Organizações e Instituições. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1983.